



**EMENDA N - CMMPV 1286/2024**

(à MPV 1286/2024)

Altera-se o art. 83 da Medida Provisória, para incluir a alteração ao art. 11 da A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, nos termos a seguir:

Art. 1º .....

§3º - Os cargos de nível auxiliar alcançados pelo disposto no § 1º que estejam vagos poderão ser transformados em cargos de Analista Ambiental ou Analista Administrativo, quando integrantes do quadro de pessoal do Ibama, e extintos, se pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente.

§ 6º - A Carreira de que trata o art. 1º é típica de estado.

Art. 6º .....

Parágrafo Único. O exercício das atividades de fiscalização pelos titulares dos cargos previstos no art. 1º deverá ser precedido de ato de designação próprio da autoridade ambiental à qual estejam vinculados e dar-se-á na forma de norma a ser baixada pelo Ibama ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, conforme o Quadro de Pessoal a que pertencerem.

Art. 9º - Os concursos para os cargos de Gestor Administrativo, Analista Administrativo e Técnico Administrativo podem ser específicos, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional.

Art. 11 .....

.....

§2º .....

III – diploma de nível Superior para o cargo de Técnico Ambiental

IV - diploma de nível Superior para o cargo de Técnico Administrativo”.





## CONGRESSO NACIONAL

### **Justificativa**

A presente emenda tem por objetivo estruturar e modernizar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA), garantindo sua caracterização como carreira típica de Estado, estabelecendo a exigência de nível superior para os cargos de Técnico Ambiental e Técnico Administrativo e disciplinando a designação para a fiscalização ambiental.

Tais alterações asseguram maior qualificação técnica, reforçam a segurança jurídica dos atos administrativos e fortalecem o aparato estatal na proteção ambiental, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência administrativa (art. 37, CF) e da defesa do meio ambiente (art. 225, CF).

### **Reconhecimento da CEMA como Carreira Típica de Estado**

A Constituição Federal estabelece que carreiras que exercem poder de polícia administrativa e desempenham funções estratégicas para o interesse público devem ser reconhecidas como típicas de Estado.

A Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) atende plenamente a esses critérios, pois:

- Atua na formulação, implementação e fiscalização de políticas ambientais essenciais para o cumprimento do art. 225 da CF;
- Exerce poder de polícia administrativa, aplicando sanções e fiscalizando atividades potencialmente danosas ao meio ambiente;
- Desempenha funções exclusivas do Estado, como licenciamento, monitoramento, controle ambiental e conservação da biodiversidade.

O reconhecimento da CEMA como carreira típica de Estado confere maior estabilidade institucional, impede ingerências indevidas e garante a continuidade das políticas públicas ambientais, resguardando a segurança jurídica e a eficiência administrativa.

### **Exigência de Nível Superior para os Cargos Técnicos**

A complexidade crescente da gestão ambiental impõe a necessidade de um corpo técnico altamente qualificado. Atualmente, os Técnicos Administrativos e Técnicos Ambientais exercem atividades que demandam formação superior, tais como:

- Gestão de recursos ambientais e análise de impacto ambiental;
- Interpretação e aplicação de normas ambientais e administrativas;





## CONGRESSO NACIONAL

- Utilização de sistemas avançados de monitoramento e controle.
- Execução do Poder de Polícia Ambiental por ato de designação.
- Cumprimento de Metas institucionais em seus planos de trabalhos, dentre outras.

A alteração proposta não modifica a nomenclatura nem as atribuições dos cargos, mas alinha a exigência de escolaridade à realidade já consolidada na execução das funções.

**O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a constitucionalidade da exigência de nível superior para cargos públicos, desde que mantidas suas atribuições e a mesma nomenclatura do cargo, conforme decidido na ADI 4303/RN.**

**“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ART. 1º, CAPUT E § 1º DA LEI COMPLEMENTAR N. 372/2008 DO RIO GRANDE DO NORTE.**

*1. A reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o art. 37, inc. II, da Constituição da República. Logo, a Lei Complementar potiguar n. 372/2008, ao manter exatamente a mesma estrutura de cargos e atribuições, é constitucional.*

*2. A norma questionada autoriza a possibilidade de serem equiparadas as remunerações dos servidores auxiliares técnicos e assistentes em administração judiciária, aprovados em concurso público para o qual se exigiu diploma de nível médio, ao sistema remuneratório dos servidores aprovados em concurso para cargo de nível superior.*

*3. A alegação de que existiriam diferenças entre as atribuições não pode ser objeto de ação de controle concentrado, porque exigiria a avaliação, de fato, de quais assistentes ou auxiliares técnicos foram redistribuídos para funções diferenciadas. Precedentes.*

*4. Servidores que ocupam os mesmos cargos, com a mesma denominação e na mesma estrutura de carreira, devem ganhar igualmente (princípio da isonomia). Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 5914904. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 30 Ementa e Acórdão ADI 4303 / RN 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente”*

**Além disso, essa adequação além de não mudar atribuição, também não sobrepõe atribuição de outros cargos e não gera impacto financeiro imediato, porque não altera a estrutura remuneratória vigente, assegurando uma transição gradual e planejada.**





### **Regulamentação da Designação para a Fiscalização Ambiental**

Atualmente, existe uma verdadeira Insegurança Jurídica na Designação de Servidores, isso porque embora a Lei nº 9.605/1998 (art. 70, §1º) já estabelece que servidores de órgãos ambientais que façam parte do SISNAMA possam ser designados para a fiscalização ambiental, independentemente do cargo ocupado, mas o IBAMA passou a dar entendimento de “reserva de cargos” para designação, contraindo a o entendimento da PFE na **Orientação Jurídica Normativa 08/2010/PFE/Ibama reforça essa interpretação ao afirmar que:**

*"Não há qualquer ilegalidade na nomeação, por portaria, de servidores do Ibama ocupantes de cargos integrantes de qualquer de suas carreiras para a função de fiscalização, uma vez que esse ato normativo está cumprindo o disposto no §1º do art. 70 da Lei nº 9.605/98."*

Apesar disso, a ausência de regulamentação uniforme levou a interpretações divergentes no Ibama e no ICMBio, criando insegurança jurídica e restrições indevidas, por falta de uniformização da Designação para a Fiscalização, pois, atualmente, a designação para a fiscalização ambiental ocorre de forma desigual entre as autarquias ambientais cuja carreira é a mesma de Especialista em Meio Ambiente:

- No ICMBio, qualquer servidor da CEMA (Carreira de Especialista em Meio Ambiente) pode ser designado para a fiscalização, desde que aprovado em curso específico;

- No Ibama, desde 2016, apenas Analistas Ambientais e Técnicos Ambientais podem ser formalmente designados, excluindo os novos Técnicos Administrativos de fazer o curso de fiscalização, em contradição com a legislação vigente.

Essa limitação imposta pelo Ibama reduziu a força de trabalho disponível para fiscalização, impactando diretamente a eficiência do órgão. Atualmente 799 servidores atuam nessa atividade, sendo **04 (Analistas Administrativos)**, **447 (Analistas Ambientais)**, **82 (Técnicos Administrativos)** e **266 (Técnicos Ambientais)**.

A presente emenda corrige essa distorção, garantindo que a designação de servidores para a fiscalização ocorra de forma isonômica, mediante ato formal da autoridade competente, preservando a legalidade e a segurança jurídica dos atos administrativos, já que nenhum dos cargos da Carreira Ambiental não possui atribuição para a EXECUÇÃO da atividade de Fiscalização, por se tratar de uma competência da autarquia que pode delegá-la ou avocá-la, contudo somente o império da Lei pode determinar os fins institucionais no sentido de que a preservação Ambiental deve vir em primeiro lugar.

A modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente é um passo essencial para fortalecer a governança ambiental no Brasil. A presente emenda:





## CONGRESSO NACIONAL

- Reconhece a CEMA como carreira típica de Estado, assegurando a autonomia e estabilidade necessárias ao exercício do poder de polícia ambiental;

- Exige nível superior para os cargos técnicos, garantindo um quadro de servidores mais capacitado e alinhado às crescentes demandas da administração ambiental;

- Uniformiza a designação para a fiscalização ambiental, eliminando distorções e reforçando a segurança jurídica.

A proposta não gera impacto financeiro imediato, pois mantém a estrutura remuneratória vigente e se baseia em fundamentação jurídica sólida, respaldada por jurisprudência do STF e normativas já reconhecidas pela administração pública.

Diante do exposto, a aprovação desta emenda é imprescindível para modernizar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e valorização profissional no serviço público federal.

Sala das sessões, 10 de fevereiro de 2025.

Dorinaldo Malafaia

Deputado Federal – PDT/AP

